



Mesa de Negociação Permanente e Adicional de Fronteira na pauta

Congresso analisa propostas que afetam servidores públicos

A pauta do Congresso desta semana reúne propostas que afetam servidores públicos. A Câmara pode votar o Projeto de Lei 1.893/2026, do governo federal, que regulamenta a negociação coletiva no serviço público e prevê mesas permanentes de negociação entre governos e representantes dos servidores da União, estados e municípios. A proposta regulamenta a Convenção 151 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e está sob relatoria do deputado André Figueiredo (PDT-CE). A urgência já foi aprovada, mas a votação depende de acordo. Outra medida em análise é a Medida Provisória 1.375/2026, que prevê adicional de R\$ 91/dia para servidores da Controladoria-Geral da União (CGU) e analistas técnicos do Executivo federal que trabalhem em localidades estratégicas. O texto será analisado por comissão mista do Congresso e tem como relator o senador Eduardo Gomes (PL-TO).

Funcionários da Eletronuclear fazem greve

Funcionários da Eletronuclear anunciaram greve por tempo indeterminado a partir da 0h desta terça-feira (1º). O movimento foi comunicado à estatal pelo sindicato que representa os trabalhadores e ocorre em meio a divergências nas negociações do Acordo Coletivo de Trabalho. A Eletronuclear é responsável pela operação das usinas nucleares Angra 1 e Angra 2, instaladas em Angra dos Reis (RJ). A paralisação foi aprovada pela categoria e comunicada à empresa na sexta-feira (28).



Paralisação teve início na madrugada desta terça-feira(1º)

CSPB celebra 68 anos com agenda em Brasília

A Confederação dos Servidores Públicos do Brasil (CSPB) celebra 68 anos com uma programação nos dias 2 e 3 de setembro, em Brasília. O encontro reunirá dirigentes e representantes de entidades filiadas para discutir desafios do sindicalismo e do serviço público. A agenda inclui homenagem na Câmara dos Deputados, debates sobre Inteligência Artificial, comunicação, mobilização digital e sustentabilidade da Previdência Pública, além da reunião do Conselho de Representantes.

Vaga no MPSP com salário de R\$ 9 mil

O Ministério Público de São Paulo (MPSP) está com inscrições abertas até 8 de setembro para concurso de Analista de Promotoria – Terapeuta Ocupacional. Há uma vaga imediata e cadastro de reserva, com salário inicial de R\$ 9.114,75 e jornada de 30 horas semanais. A taxa é de R\$ 140. A prova objetiva será aplicada em 29 de novembro, na capital paulista. O concurso exige nível superior.

Condsef 36 anos I

A Condsef completou 36 anos na última sexta-feira (28), com uma trajetória marcada pela organização dos servidores públicos federais e pela defesa de direitos, serviços e políticas públicas. A entidade destaca conquistas e desafios enfrentados ao longo de mais de três décadas e reforça a importância da mobilização coletiva.

Condsef 36 anos II

Como parte dessa trajetória, a Condsef atua desde 2016 junto à Fenadsef, representando cerca de 80% dos servidores do Executivo Federal e empregados públicos. A entidade reforça que a unidade permanece fundamental para novas conquistas, com a participação da classe trabalhadora. A data coincide ainda com os 43 anos da CUT.

TCESP lança portal I

O Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCESP) criou uma página exclusiva para servidores aposentados, reunindo orientações sobre serviços, documentos e procedimentos administrativos. A iniciativa busca facilitar o acesso às informações, ampliar a transparência e oferecer mais autonomia aos aposentados e aposentadas.

TCESP lança portal II

Entre os serviços disponíveis estão orientações sobre Imposto de Renda, holerite, pensão por morte, IAMSPE, recadastramento anual, alteração de conta bancária e empréstimos consignados. A página também reúne informações sobre a prova de vida, que deve ser feita pela internet nos meses de março e abril.

CEBB novas negociações I

A Comissão de Empresa dos Funcionários do Banco do Brasil (CEBB) realizou a nona rodada de negociação específica da Campanha Nacional dos Bancários 2026. A representação cobrou propostas para as cláusulas financeiras e discutiu temas como novo concurso, afastamento por união estável e certificações profissionais.

CEBB novas negociações II

Entre os avanços, o Banco do Brasil informou que ampliará o afastamento para incluir funcionários que registrarem união estável. Manterá o ressarcimento das certificações da Anbima e concederá cinco dias de ausência para provas. O banco ainda garantiu a continuidade do programa de desenvolvimento e requalificação profissional.



Proposta é do deputado federal Vanderlan Alves (Solidariedade/CE)

Projeto sobre licença-prêmio aguarda despacho na Câmara

Proposta prevê seis meses de licença remunerada a cada 15 anos de exercício

Da **Redação**

O projeto que cria regras nacionais para a concessão de licença-prêmio por assiduidade a servidores públicos segue aguardando despacho na Câmara dos Deputados. Apresentado em 1º de junho, o Projeto de Lei Complementar (PLP) 152/2026 ainda precisa ser encaminhado às comissões que ficarão responsáveis pela análise da matéria.

De autoria do deputado Vanderlan Alves (Solidariedade-CE), a proposta prevê licença de seis meses, com remuneração integral, para servidores públicos civis efetivos a cada 15 anos de exercício. A regra alcançaria funcionários da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.

Na justificativa, Vanderlan afirma que a proposta busca “estabelecer um mecanismo de reconhecimento pela assiduidade e permanência no serviço público”.

Pelo texto, o período de licença seria considerado como de efetivo exercício para aposentadoria, progressão funcional, promoção e contagem do tempo de serviço. Para completar os 15 anos exigidos, poderia ser somado o tempo trabalhado em cargo público efetivo em diferentes entes federativos.

A licença poderia ser utilizada de uma só vez, por seis meses consecutivos, ou dividida em até três períodos de dois meses. O projeto também autoriza a conversão de parte do benefício em dinheiro, conforme regulamentação de cada ente federativo e disponibilidade orçamentária.

O servidor que se aposentar sem utilizar uma licença-prêmio já adquirida teria direito à conversão do período em indenização quando não fosse possível usufruí-lo antes da aposentadoria.

O texto também estabelece situações que impediriam a concessão. Entre elas estão penalidade disciplinar de suspensão, condenação administrativa definitiva por falta grave, afastamento injustificado por mais de 30 dias ou mais de 90 dias de faltas injustificadas, ainda que intercaladas.

Se a proposta for aprovada pelo Congresso e sancionada, União, estados, Distrito Federal e municípios terão 180 dias para regulamentar as regras, considerando suas condições administrativas, financeiras e orçamentárias.

Enquanto aguarda despacho, o PLP ainda não tem definidas as comissões pelas quais deverá passar antes e ir ao Plenário para votação.